

Estado deve atingir no fim do mês teto com pessoal

Líder do governo na Alerj diz que crise 'é pior do que se noticia'



DOMINGOS PEIXOTO

Legislativo. Medidas para tentar reequilibrar as contas do estado, como o corte nos salários, que está em estudo, precisam passar pelos deputados

SELMA SCHMIDT
selma@oglobo.com.br

O líder do governo na Assembleia Legislativa (Alerj), Edson Albertassi (PMDB), disse ontem que a crise enfrentada pelo estado "é pior do que se noticia". Segundo ele, no fim deste mês o teto de gastos com pessoal fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 60% da receita corrente líquida (incluindo todos os poderes), deve ser atingido.

— Isso é reflexo da queda da receita — acrescentou o deputado.

No início de outubro, o estado já tinha superado o teto de endividamento, de 200% da receita corrente líquida, também previsto na LRF. No último relatório de finanças do governo, que contabiliza o segundo quadrimestre de 2016, as despesas com pagamento de salários, aposentadorias e pensões já tinham alcançado 57,93% da receita corrente líquida, totalizando gastos que somavam R\$ 28,26 bilhões, de setembro de 2015 a agosto de 2016. Ou seja, já tinham superado os limites de alerta (54%) e prudencial (57%).

Os 60% são distribuídos entre os poderes. O Executivo pode gastar até 49% da sua receita com pessoal (atingiu 48,01% em agosto). A LRF estabelece gastos máximos de 3% para o Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas do Estado), 6% para o Judiciário e 2% para o Ministério Público.

— Na hipótese de ser ultrapassada a

previsão da LRF, o excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo um terço no primeiro. Para o cumprimento dessa limitação, poderão ser extintos cargos e funções, assim como reduzidos os valores a eles atribuídos. A redução, entretanto, está suspensa por força de liminar concedida em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 2.238-5). Da mesma forma, está prevista a redução temporária da jornada de trabalho, com a consequente redução dos vencimentos, mas o que também está suspenso pela mesma Adin — explica o advogado Hermo Cabernite, especialista em Direito Administrativo.

Carbenite lembra ainda que, se a redução não for alcançada no prazo pre-

visto, enquanto não regularizada a situação, o estado não poderá, dentre outras providências, contratar operações de crédito.

O pacote de medidas — projetos e decretos do Executivo — para tentar equilibrar as contas está praticamente fechado, de acordo com fonte do Palácio Guanabara. A apresentação deve caber ao governador licenciado Luiz Fernando Pezão, que reassume o cargo no dia 1º de novembro.

REDUÇÃO DE JORNADA

Uma das propostas que estariam em estudo pelo governo é a redução da jornada de trabalho e, consequentemente, de salários de servidores, apesar da proibição imposta por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). A intenção é fazer cortes de até 30% nos salários.

— O governo tem uma tese para fazer isso — disse a fonte, sem dar mais detalhes.

O fato é que medidas como essa terão que ser aprovadas pelo Legislativo. É o caso ainda do aumento da alíquota previdenciária, de 11% para 14%. O estado quer ainda que Alerj, Ministério Público, Judiciário e TCE assumam o pagamento das contribuições previdenciárias, como empregadores, de seus inativos, hoje arcadas pelo Tesouro estadual. Com o aumento da alíquota para 14%, a contribuição patronal passará para 28% (ela corresponde ao dobro do que é pago pelo servidor da ativa e inativo). ●

Números

57,93%

DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Percentual gasto pelo estado com o pagamento de pessoal de todos os poderes, de setembro de 2015 a agosto deste ano.

R\$ 28,26

BILHÕES

Despesas do governo, em um ano, com pessoal do Executivo, do Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público.



Votação do projeto de calamidade é adiada

Deputados apresentam 57 emendas. Líderes vão tentar acordo para aprovar proposta do Executivo

Levado ao plenário da Alerj ontem, o projeto de lei do Executivo que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira recebeu 57 emendas e saiu de pauta. Deputados afirmam que, sem acordo — especialmente quanto ao prazo para que a calamidade perdure e à proibição de demissão de funcionários sem que um projeto específico passe pela Casa —, será difícil a aprovação da proposta. O colégio de líderes se reúne na terça-feira, para tentar um entendimento. E a expectativa do líder do governo, Edson Albertassi (PMDB), é que na quinta-feira da semana que vem o projeto seja votado.

Líder do PSDB, Luiz Paulo apresentou três emendas. Ele defende a extensão da calamidade até no máximo 31 de dezembro de 2017. Terminado esse prazo, caso o governador não consiga fazer o ajuste de contas, “poderá estar cometendo crime de responsabilidade”.

— Com isso, pode sofrer um processo de impeachment — disse Luiz Paulo.

Quanto à demissões de funcionários, o líder do PSDB garantiu que a lei que alterou as metas fiscais do estado, aprovada este ano, já determina que esses atos têm de ser submetidos à Alerj.

Mas uma das quatro emendas de Carlos Minc (sem partido) proíbe demissões. Ele quer fixar um prazo menor, de seis meses, para que o estado excepcional perdure:

— O projeto, do jeito que está, é uma boia de salvação para o governo. Só que o resto ele deixa naufragar.

Carlos Roberto Osorio (PSDB) também defendeu emendas:

— Esse projeto é um cheque em branco para o Executivo.

Da base governista, Luiz Martins, líder do PDT, quer preservar vencimentos e vantagens do servidor. Uma emenda que apresentou estabelece até o fim de 2017 para o estado de calamidade pública.

A aprovação da lei dará mais liberdade ao governo. Especialista em direito administrativo, Hermano Cabernite explicou que, com o reconhecimento pela Alerj da calamidade — decretada em junho —, a limitação da despesa com pessoal, fixada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e consequentes providências no caso de o teto ser ultrapassado ficam suspensas. O mesmo acontece com as limitações impostas por superar o teto de endividamento.

— A finalidade precípua do reconhecimento do estado de calamidade é viabilizar a manutenção das transferências de recursos e concessões de crédito ao Rio. ●